



# FORÇAS ARMADAS — PARA QUÊ?

---

Matéria extraída do "Noticiário do Exército" número 8.078,  
de 4 de outubro de 1990.

---

O clima atual de distensão do conflito Leste-Oeste e o panorama de tranqüilidade e compreensão existente no continente sul-americano, associados ao justo anseio de desenvolvimento e justiça social da população brasileira, têm induzido alguns incautos ou pseudo-pacifistas a questionarem os nossos gastos militares.

Aqueles que apregoam uma drástica redução dos recursos destinados à defesa, além de desinformados quanto à realidade dos gastos militares no Brasil, evidenciam um total desconhecimento do verdadeiro papel das Forças Armadas no contexto de nossa sociedade.

Embora a conjuntura atual seja tranqüilizadora quanto a uma possível situação de guerra, é fácil enten-

der que as Forças Armadas devem estar permanentemente preparadas, técnica e profissionalmente, para enfrentá-la com êxito e, particularmente, em condições de desestimular qualquer ação agressiva contra a integridade de nosso vasto território e a soberania que sobre ele devemos exercer.

Além de possuímos efetivos reduzidos, comparados com nossa população, é inquestionável que os investimentos realizados pelo País com o setor militar situam-se entre os mais baixos do mundo, quaisquer que sejam os parâmetros considerados. Isto fica perfeitamente constatado pela observação do conjunto de quadros e gráficos apresentados em destaque. Só isto basta para provar como são parcimoniosos os recursos

orçamentários destinados à defesa em nosso País. Mas, acresce que uma parcela destes recursos, ainda que pequena, é utilizada em benefício da sociedade como um todo.

Somos um País jovem, extenso territorialmente, com complexos desequilíbrios regionais, inúmeras regiões desassistidas, graves problemas sociais e acentuada defasagem tecnológica em relação aos países mais desenvolvidos, fazendo com que o segmento militar, presente nos mais longínquos rincões de nosso território, participe ativamente do processo de desenvolvimento e integração nacionais e ostente, com orgulho, um ponderável acervo de realizações nos campos social, econômico e cultural. Desbravamento de regiões inóspitas,

apoio em calamidades, trabalhos de infra-estrutura, educação, saúde e profissionalização de jovens, mapeamento de nosso território, demarcação de terras indígenas, pesquisa técnico-científica e ensino em diferentes níveis, são algumas das participações protagonizadas pelos homens de farda, a maioria delas coberta pelo anonimato.

O segmento militar representa, pois, muito no contexto da sociedade brasileira, à qual está indissolivelmente ligado.

Referindo-nos especificamente ao nosso Exército, é justo salientar que, além da segurança que proporciona, com seus efetivos desdobrados em todo o território nacional, seus aquartelamentos funcionam como centros de civismo, de interiorização do progresso e de valorização do homem.

---

**GASTOS COM AS FORÇAS  
ARMADAS EM RELAÇÃO AO PIB — 87**

PAÍS	% PIB
UNIÃO SOVIÉTICA	7,5
EUA	6,3
CHILE	4,6
GRÉCIA	4,1
FRANÇA	3,4
PERU	3,3
ESPAÑHA	2,0
URUGUAI	2,0
PARAGUAI	1,6
EQUADOR	1,6
BOLÍVIA	1,6
JAPÃO	1,4
ARGENTINA	1,2

---



---

**GASTOS COM AS FORÇAS  
ARMADAS EM RELAÇÃO AO  
ORÇAMENTO 87**

PAÍS	% ORÇAMENTO GOVERNAMENTAL
EUA	28,7
GRÉCIA	21,9
FRANÇA	19,8
ESPAÑHA	11,2
CHILE	9,4
ARGENTINA	7,4
JAPÃO	6,5

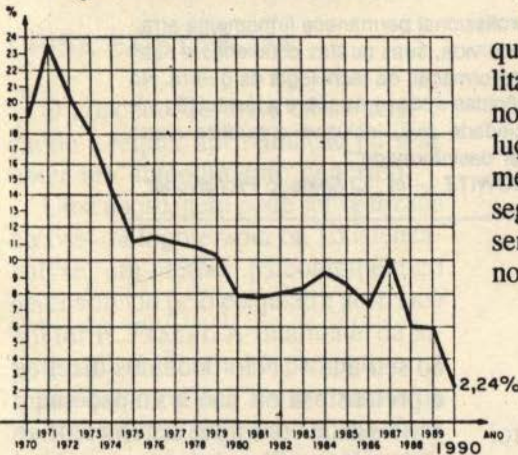
---

Perfeitamente integrada à sociedade brasileira, a família militar relaciona-se estreitamente com as comunidades com as quais convive, em seu constante peregrinar por nosso vasto Território, fortalecendo os laços da unidade nacional. Portanto,

o Exército, por sua presença em todas as regiões do País, pelo sentido nacional de sua formação e de sua destinação, pelo seu caráter de representante do Governo Federal e pela uniformidade de suas normas de conduta, tem desempenhado, tradicionalmente, o papel de grande elo de ligação da gente brasileira, como incontestável fator de integração nacional.

Por tudo isto, é fácil compreender que uma redução no orçamento militar comprometeria o funcionamento normal e a natural e necessária evolução de Instituições com valor altamente significativo, não só para a segurança, como, também, para o desenvolvimento sócio-econômico de nossa Nação.

**PARTICIPAÇÃO DAS FFAA NO ORÇAMENTO DA UNIÃO 1970-1990**



**FONTES**

- Dos Quadros: "Military Balance"
- Dos Gráficos: Orçamento Nacional

**PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NO PIB — Brasil —**





# EXÉRCITO EM CRISE?

Sérgio Paulo Muniz Costa

---

"A imagem civil do soldado profissional permanece firmemente arraigada no passado. Seu modo de vida, suas tarefas cotidianas e suas aspirações mudam com a transformação da tecnologia da guerra. No entanto, as concepções anacrônicas e obscuras sobre a instituição militar persistem porque a sociedade civil, inclusive o público alerta politizado, prefere permanecer desinformado."

MORRIS JANOWITZ — In "O Soldado Profissional".

---

## INTRODUÇÃO

A motivação para este artigo foi a notícia de que um famoso conferencista teria afirmado estar o Exército Brasileiro vivendo uma crise existencial.

Felizmente o Sistema de Formação de nosso Exército e sua vinculação com a Democracia dispensam a doutrinação ideológica que, se presente, inibiria uma resposta à proposta do ilustre conferencista. Felizmente podemos e devemos pensar, até por necessidade institucional.

Isto obviamente desvincula o pensamento expresso nestas linhas do pensamento da Instituição, cabendo sua responsabilidade exclusivamente

ao seu autor. Não podemos dizer se é pretensiosa ou não a vontade aqui expressa de contrapor argumentos ao que, salvo melhor juízo, se constitui numa crítica à Instituição Militar. Pensamos até que a Instituição prescindida de defesas individuais. Se assim for, tanto melhor. Fica esta iniciativa adstrita ao campo do mero exercício intelectual.

De qualquer maneira o trecho em epígrafe assinala o que, de uma maneira ou de outra, nós militares sentimos. Uma deliberada incompreensão pela sociedade civil da Instituição Militar, o que tantos males já causou no passado e que pode continuar a causar no futuro. O que já foi um problema de natureza sociológica

é hoje em dia agravado pela ideologia. Esperamos que este estudo possa ser uma efetiva contribuição para o entendimento do nosso pensamento por aqueles que não nos conhecem suficientemente, na medida que presumimos serem as idéias aqui expressas representativas do grupo a que pertencemos, já que estão amparados na formação que recebemos.

## CRISE EXISTENCIAL

O conceito de crise existencial é fluido e requer aproximação para se obter um entendimento genérico.

Uma abordagem pode ser realizada através da logoterapia ou Existenzanalyse, um método psicoterapêutico desenvolvido pelo psiquiatra austríaco Viktor E. Frankl. A finalidade da logoterapia é inculcar no paciente uma razão que fortaleça a sua vontade de existir pessoalmente e existir para realizar-se, contrapondo-se à contrarrazão existencial do nosso tempo. Essa terapia seria uma arma racional contra a frustração existencial. O conceito de frustração existencial seria o da perda, pelo homem, de um sentido que torne a vida digna de ser vivida.<sup>1</sup>

A frustração existencial que a logoterapia se propõe a combater é, portanto, uma neurose do indivíduo que perde a razão de existir, um indivíduo que não encontra sentido em sua existência. Frankl propõe ainda que neste tratamento o princípio do prazer de Freud seja substituído pela

vontade de poder proposta por Adler. Como o grande obstáculo à vontade do poder seria a *Existentielle Frustration*, a receita de Frankl seria o *Wollen zum Sinn* (querer realizar-se).

Porém, o termo em estudo é a crise existencial. Uma segunda aproximação enfocando o termo crise é necessária. As definições psicológicas de crise coincidem com a idéia de mudança, para pior ou para melhor.

*“crisis (lt, del er. krisis, decision, examen, cambio brusco): Momento decisivo en el curso de una enfermedad: cambio brusco en el curso de una enfermedad.”<sup>2</sup>*

*“crisis 1. Combinación imprevista o nueva de estímulos. 2. Viraje en el curso de los acontecimientos, seguido por un progreso o un atraso notables. 3. Aparición o reaparición subita de un transtorno, por ej. un ataque convulsivo de epilepsia.”<sup>3</sup>*

“crise emocional — A crise, em sentido geral e segundo a etimologia, dá sempre a idéia de variação de um estado para pior ou para melhor. Embora inicialmente ela não tivesse sentido apenas negativo, essa acepção tornou-se bastante freqüente, fazendo com que a palavra crise faça logo pensar em dificuldades. É justamente nesse sentido que ela é empregada com o qualificativo emocional.”<sup>4</sup>

Os estudos de Maslow sobre a motivação humana são importantes na

análise da questão. Maslow estudou também o comportamento de indivíduos não motivados e identificou as origens das neuroses desses indivíduos.

*“La mayor parte de los síntomas o giros neuróticos, se originan de impulsos básico-necesidad-satisfacción-tendencia, entre los que se ha interpuesto una fuerza constante, o tienen su causa en estar mal dirigidos, confusos con otras necesidades, o fijados en un sentido equivocado...”*<sup>5</sup>

Jung também pode nos ajudar a entender este conceito de crise existencial.

“...Estes são logicamente por menores psicológicos, observáveis em homens de quarenta anos, ou um pouco mais, que tiveram um tipo particular de vida, de atividade intelectual e de valores, e subitamente essa estrutura vai abaixo, fazendo surgir exatamente o seu oposto. Há casos semelhantes e atraentes...”<sup>6</sup>

Com essas perspectivas é possível um entendimento genérico do termo crise existencial. Ele se aplica a indivíduos que sofrem de uma psicopatologia oriunda da perda do sentido da vida e que passam a se isolar do mundo exterior, criando sua própria racionalidade.

## DO INDIVÍDUO AO GRUPO E AS INSTITUIÇÕES

Até aqui foi possível entender o alcance do termo crise existencial aplicado a indivíduos. Como não foi possível aplicá-lo a uma instituição.

Existem duas linhas gerais nesse sentido. A primeira é a Psicologia Social, que procura estudar as organizações, seus desempenhos e apresenta propostas para uma terapia, uma cura de empresas ou instituições que se acham em crise. Essa crise pode ser caracterizada por uma queda de lucros, uma perda de eficiência ou incapacidade de adaptar-se a novas circunstâncias.

A segunda linha de abordagem é a da sócio-análise que procura, através da ligação entre marxismo e psicanálise, realizar a crítica social. A comunidade psicanalítica do Rio de Janeiro foi reforçada no início dos anos 80 por um grupo de psicanalistas argentinos que vem desenvolvendo na capital cultural do Brasil uma intensa atividade. O pensamento de um de seus mais famosos representantes, Gregório Barenblitt, pode nos ajudar a compreender seus objetivos:

“Paralelamente a essa oficial, uma outra psicologia social se desenvolvia clandestina. Explicitava a sua referência teórica, o lugar de onde falava, ou seja, aquele da relação possível entre psicanálise e materialismo histórico. Representava-se no discurso de

um Reich, da escola de Frankfurt, de Vera Schmidt, algumas elaborações sartreanas, outras de Guêvara e Trotsky.

.....  
Em resumo, enquanto a psicologia social fornece o material ideológico que permite a uma classe dominante manter-se, a outra tem como função fornecer material para que se tome consciência da situação. É a leitura que se faz do avesso da dominação de uma classe social que pretende ocultar e disfarçar o seu mandato de exploração.

A validação da psicologia social será efetuada por um campo exterior a ela, a luta político-ideológica, a partir das demandas populares.”<sup>7</sup>

As palavras do psicanalista são bastante claras para mostrar as suas intenções e servem ainda para exemplificar como e de onde podem ser geradas agressões às Instituições sob o manto inocente de uma atividade profissional.

## VALORES NAS INSTITUIÇÕES

Se indivíduos possuem valores, as instituições também os possuiriam? Se as instituições possuem valores qual é a sua função e como eles são criados? A obra de Daniel Katz e Robert L. Kahn — Psicologia Social das Organizações — contém respostas a estas perguntas.

Inicialmente é preciso entender que um sistema social<sup>8</sup> é caracterizado, entre outras coisas, por uma “série de normas e valores que mais integram do que diferenciam”.<sup>9</sup>

Essas normas e valores, que os autores chamam de ideologia, são “um produto de grupo e podem não ser necessariamente idênticos aos valores particularmente considerados por uma amostra representativa dos indivíduos envolvidos no sistema. São padrões que se tomam como referência para julgar o comportamento aceitável ou inaceitável, pertinente ao sistema.”<sup>10</sup>

As normas e ideologia do sistema têm o propósito geral de vincular as pessoas, facilitando seu trabalho e ajustamento ao sistema, servindo ainda de justificativa moral ou social para as atividades do sistema.<sup>11</sup>

Existe também uma linguagem, uma crença e uma maneira de pensar que são produzidas por comportamento e interesses comuns.<sup>12</sup> A atividade militar é pródiga na produção deste sentimento. As muitas funções desempenhadas na profissão militar perderiam todo sentido de ser se não houvesse uma crença inabalável no papel do soldado, aqui entendido na mais ampla acepção da palavra e in-fenso aos modismos irresponsáveis.

Tudo isso que o moderno discurso de teor sócio-psicológico nos transmite pode ser resumido numa advertência de Clausewitz há mais de 150 anos, para nos alertar da incompatibilidade dos esquemas ideológicos das artes e ciências com a guerra:

“É impressionante verificar como os esquemas ideológicos das artes e das ciências se adaptam tão mal a esta atividade...”<sup>13</sup>

O acompanhamento da linha de raciocínio exposta na difundida e respeitada obra de Psicologia Social de Daniel Katz e Daniel L. Kahn nos permitiu verificar como os valores são importantes para qualquer grupo. Pode-se identificar nesta área de estudos muitos princípios norteadores do Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro (SIMEB).

## O QUE MUDA UM EXÉRCITO?

Já se disse que um exército suporta tudo, menos uma derrota definitiva. Realmente existem vários exemplos na História da síndrome por que passam os exércitos e, inevitavelmente, as Nações derrotadas.

Para fundamentar o desenvolvimento do raciocínio sobre as razões que provocariam mudanças em um exército também pode ser tomada como referência a obra de Katz e Kahn — A Psicologia Social das Organizações.

Quando abordam a questão da mudança e estabilidade os autores identificam duas fontes. A primeira seria a modificação de *inputs* do ambiente. Em relação ao Exército essa modificação poderia originar-se por modificações na tecnologia da guerra como também por mudanças do su-

persistema que legitima o funcionamento da Instituição, como uma nova constituição, por exemplo. Poderia também haver mudanças ocasionadas por evolução nos valores e motivações dos membros da Instituição.

Outra fonte de mudanças seria a tensão interna ou desequilíbrio causada por uma competição entre os diferentes subsistemas funcionais — tensão horizontal — ou por um conflito entre os vários níveis de hierarquia de poder — tensão vertical.

*As fontes de mudanças poderiam ser classificadas em externas e internas. Entendem os autores que as fontes externas podem ocasionar mudanças mais drásticas ou revolucionárias do que as fontes internas.*

Nesse ponto a História pode nos fornecer elóqüentes exemplos que confirmam a formulação de Katz e Kahn.

A derrota da Alemanha em 1918 provocou a extinção do Exército Imperial. A instituição militar germânica foi severamente punida, dentro e fora da Alemanha. De fora as Potências Aliadas limitaram-lhe efetivos, organização e equipamentos, enquanto no campo interno a Constituição de Weimar proibia, por exemplo, o uso de uniformes em público pelos oficiais. O regime político estabelecido na Alemanha do pós-guerra era abertamente hostil ao Exército, ainda que líderes políticos oportunistas procurassem angariar a simpatia do Exército e apropriar-se dos seus símbolos. O Estado-Maior Alemão soube no entanto controlar a situação, tendo sa-



bedoria o bastante para promover as adaptações e modificações necessárias. As grandes fontes externas de pressão que atuaram sobre as instituições militares alemãs causaram mudanças operacionais revolucionárias e drásticas, que não poderiam surgir da auto-suficiência vitoriosa dos estados-maiores francês e inglês. No entanto, a nova situação política interna não foi acompanhada devidamente pela liderança do Exército, agora órfã da instituição à qual sempre estivera ligada, a Monarquia Prussiana. Perdendo de vista sua servidão à Nação e não a Instituições ou pessoas, o Exército Alemão foi ultrapassado pela rapidez e ineditismo das transformações políticas internas, permitindo que a Alemanha fosse arrastada a uma guerra que ele já sabia perdida.

Nos anos 70, e ainda não totalmente assimilada, temos a síndrome do Vietnã. Um exército de conscritos de uma superpotência democrática cuja sociedade era varrida pela contracultura se viu engajado num conflito ideológico de baixa intensidade. Ainda que não sofresse nenhuma derrota decisiva no campo de batalha, o Exército Norte-Americano acabou sendo estigmatizado como o grande perdedor da Guerra do Vietnã. Após um período de incerteza e indefinição de rumos, foi iniciada uma reorganização de alto a baixo. A principal talvez tenha sido a amarga compreensão de que as responsabilidades de superpotência colocam a questão da do serviço militar numa perspec-

tiva mais complexa. O Exército Norte-Americano atualmente é composto de voluntários e possui uma sofisticada doutrina de baixa intensidade.

Mais próximo de nós, temos o caso da Argentina, derrotada na Guerra das Malvinas. O processo ainda está em andamento e se desconhece a extensão das mudanças. Em muitos aspectos o processo se assemelha ao da Alemanha do primeiro pós-guerra.

As mudanças causadas por derrotas são avassaladoras e algumas vezes muito mais criativas do que as ocorridas em instituições que não conheceram a derrota. É o caso da Alemanha, que imprimiu modificações que a levaram a superar todas as limitações de Versalhes, com ampla vantagem sobre as nações aliadas.

Nesses casos é possível imaginar que um número considerável de pessoas, civis e militares, nessas sociedades, experimentassem uma angustiante sensação de perda de sentido das suas vidas, ocasionada pela falência das idéias ou estruturas que foram responsabilizadas pelo fracasso e às quais seus nomes estão ligados. Uma derrota provoca, sem dúvida, grave crise institucional.

O entendimento da grande diferença entre os valores individuais e dos sistemas e a compreensão da extensão da patologia que representa uma crise existencial, permitem-nos concluir que Instituições Militares realmente nacionais não entram em crise existencial.

Ao contrário, nos casos citados,

particularmente no da Alemanha, verifica-se o esforço de adaptação das Instituições Militares à nova situação, mercê da nítida compreensão da gravidade do papel que desempenham no seio da nação. Como Katz e Kahn asseveram, a ortodoxia marxista é desmentida pelos fatos, pois as contradições básicas internas conjugadas com a dinâmica histórica não foram suficientes para promover a revolução. Onde ela ocorreu foi devido a fortes fatores externos pois os sistemas têm muitos mecanismos para lidar com os conflitos internos, assumindo a mudança um caráter evolucionista e não revolucionário. Onde ocorreu o último, aconteceram preliminarmente graves ocorrências externas que levaram Estado e Exército à mesma sepultura. Sem os golpes da Guerra dos Sete Anos e da Primeira Guerra Mundial e suas inúmeras repercussões econômicas, psicossociais e militares não teria havido Revolução Francesa e Revolução Bolchevista.

A História tem mostrado que Exército e Estado perecem juntos, e que apesar disto o primeiro serve primordialmente não ao segundo, mas à Nação, sendo a morte do Estado pela revolução uma grave derrota para a Nação, medida nos milhões de vidas humanas sacrificadas, pela devastação dos recursos naturais do patrimônio nacional e pelo ódio sectário que atravessa os séculos. Se as revoluções tiverem algum valor para a Humanidade como herança de princípios e ideais então a frase de Lamartine

com que José Guilherme Merquior encerrou seu prefácio à obra de Furet — o Dicionário Crítico da Revolução Francesa — é mais abrangente do que nunca:

*“Malheur à qui les fait, heureux qui les hérite.”*

## OS FALSOS ARGUMENTOS

O novo pretexto de propaganda contra as Forças Armadas é a transformação ocorrida na URSS e Leste Europeu. Acabou a Guerra-Fria, acabou o comunismo, acabaram os inimigos. Por que não reduzir ou redirecionar as atividades das Forças Armadas? Essa é a mensagem repetida, com diferentes matizes, nos meios de comunicação social.

As mudanças ocorridas na Europa têm provocado grande discussão sobre a questão das Forças Armadas. Após quarenta anos de Guerra-Fria em que os dois blocos político-ideológicos estiveram na expectativa de um confronto global, o mundo assistiu perplexo o esfacelamento do *cordon sanitaire* construído por Stalin e o abalo das estruturas do império soviético, tudo isso sem a III Guerra Mundial, numa versão bem menos dramática da profecia do General Sir John Hackett.

Em função dessas mudanças é admissível que o nível de aprestamento das forças armadas dos países da Aliança Atlântica diminua a médio prazo, uma vez confirmadas as otimistas expectativas de relaxamento

na tensão internacional. As notícias que vêm da Europa dão conta de estudos de redução das forças armadas a níveis não tão elevados quanto os que a Guerra-Fria exigiu nesses quarenta anos. A Carta de Paris, assinada em novembro de 1990, é uma auspiciosa mudança no quadro político internacional.

Entretanto, ao mesmo tempo que são realizados estudos para redução das forças militares na Europa, outros acontecimentos causam preocupação à Aliança Atlântica. Além da crise do Golfo Pérsico existe o sério risco da implosão da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o que poderia levar as armas nucleares disseminadas no seu vasto território a cair em mãos de grupos étnicos, religiosos ou nacionalistas radicais. A incerteza sobre o futuro da URSS e as questões do Oriente Médio são razões suficientes para uma cautelosa expectativa por parte do Ocidente.

Na América do Sul, em termos de hipótese de guerra regional, a situação permanece praticamente a mesma desde o final da Guerra das Malvinas, em 1982. Os acontecimentos do Leste Europeu não repercutiram no balanço das forças militares da região. No Caribe, as Forças Armadas Revolucionárias Cubanas (FARC), as mais poderosas da América Latina, já estocaram armamentos em quantidade suficiente para atravessar o período de crise do seu patrocinador, a URSS.

Quanto à hipótese de guerra regional, é conveniente lembrar que os

conflitos na América do Sul ocorreram sem motivações ideológicas e a despeito dos interesses das superpotências. Os conflitos sul-americanos aconteceram principalmente por questões territoriais, agravadas por nacionalismos imaturos e pela ação de lideranças míopes que pretenderam promover a evolução dessas nacionalidades não amadurecidas através da guerra. O contencioso territorial permanece no quadro político da América do Sul, como filão a ser explorado por um caudilho da moda, fardado ou não. As questões psicossociais e econômicas, causadoras da grande instabilidade política da região, também continuam presentes. A quadra atual de aparente entendimento entre as Nações Sul-Americanas não apaga as causas dos antagonismos que persistem no panorama do continente e que podem voltar a provocar novos conflitos armados.

Finalmente temos a hipótese de guerra interna. Promovida a “democratização” estaria a Nação livre dos seus inimigos? A argumentação em moda relativa a este assunto é devedora interessante. Se o “fim da ditadura” coincide com o fim dos inimigos internos — como se procura veicular junto à opinião pública — então o inimigo da República, da sociedade, do povo e do regime seriam as Forças Armadas, que precisariam ser contidas, vigiadas e esvaziadas. Seria necessário afastá-las da Defesa Interna, pois não haveria inimigo que justificassem essa destinação. Talvez

esse inimigo nunca houvesse existido, mas fosse fruto da paranóia dos órgãos da “repressão”, com o intuito de controlar a sociedade. A assimilação de palavras como “ditadura militar”, “redemocratização” e “repressão” ao vocabulário corrente, fruto da bem-sucedida divulgação dessas idéias junto à opinião pública, nos mostra o quão longe chegou a subversão. O inimigo interno continua atuando intensamente, interrompida a recente fase de enfrentamento das forças legais, que culminou com os incidentes de Volta Redonda.

Se a situação político-militar na Europa jamais teve alguma coisa a haver com a preparação e o dimensionamento das Forças Armadas Brasileiras, se a situação político-militar na América do Sul sempre evoluiu segundo caminhos próprios e graves antagonismos continuam presentes no cenário regional e se, finalmente, em todo o mundo o radicalismo continua a ser adorado por seitas ideológicas inconformadas com tudo e com todos, que procuram impor modificações à sociedade, qual a consistência desta idéia de redução dos efetivos ou do redirecionamento das atividades das Forças Armadas?

A análise dos quadros em que se apóiam as hipóteses de guerra básicas nos permite concluir que não existe a mínima consistência nesta idéia que vem sendo sutilmente trabalhada no cenário brasileiro. Os seus argumentos, como se viu, são falsos.

Se não há consistência nesta idéia, a que desígnios ela se presta? Não

é objetivo deste artigo responder a essa pergunta. Só podemos nos lembrar dos muitos casos históricos nos quais as ações psicológicas estratégicas atingiram seus objetivos de longo prazo com resultados duradouros.

No caso do Brasil, em que as Forças Armadas têm e sempre tiveram um importante papel na vida nacional, fica bem claro que os seus Oficiais não são aquela “fração cultural” visualizada por Gramsci, o ideólogo marxista das superestruturas. Eles são muito mais do que isso. Talvez aí esteja uma explicação para a insistência em atacar e tentar ridicularizar as Forças Armadas na imprensa, nas novelas e nos filmes, com o objetivo de isolá-las da sociedade e convencer seus integrantes de que eles são inúteis e que estão vivendo uma crise — crise que só existe na verdade nas intenções inconfessáveis dos aprendizes de feiticeiro da ideologia.

## CONCLUSÃO

Dizer que uma Instituição está em crise existencial é uma afirmação grave. Significa que a instituição está vivendo uma brusca mudança ocasionada pelo colapso de sua auto-imagem e pela falência do seu papel na sociedade.

Aplicar esta sentença a um exército nacional significa afirmar que ele perdeu o entendimento de sua razão de ser, dentro de um quadro

de mudanças na sociedade. É difícil aceitarmos essa colocação, pois não há na História casos de exércitos nacionais que perdem sua razão de ser em função de crises institucionais. Ao contrário, nos momentos de crise o sentimento de sobrevivência nacional embutido no inconsciente coletivo clama pela instituição militar. Os exércitos perecem sim com os estados, como pereceram, por exemplo, Exército e Estado Polônês na II Guerra Mundial. Os oficiais poloneses nas florestas de Katin pelas armas soviéticas e as praças nos campos de concentração nazistas.

Somente o entendimento limitado de que o exército deve servir ao estado e não à nação pode levar à conclusão equivocada de que uma crise do estado leva a uma crise existencial do exército. Um exército legitimamente nacional não pode experimentar uma crise existencial, pois sua função transcende a de defensor do estado, para identificar-se com a nação e seus valores. Inequivocamente ele defende o estado, por ser a nação jurídica e politicamente organizada, cuja falência constituiria grave revés para a nação. As missões de um exército são universais e perenes. Variam apenas as prioridades, em função do regime a que servem e das ameaças iminentes que a nação venha a sofrer. Um sentimento de crise existencial só pode ser experimentado por guardas pessoais, milícias pretorianas, a serviço de ditadores ou ditaduras alienados da nação.

A identificação do Exército Brasileiro com a Nação ao longo de toda sua História, que é assunto de dimensão que extrapola o limite destas já alentadas linhas, refuta a possibilidade de estar o Exército Brasileiro vivendo uma crise existencial.

Só a visão utópica de alguns intelectuais ingênuos e a descabida manipulação do historicismo por outros que nada têm de ingênuos podem conceber uma imagem tão patética de um exército sem razão de ser, sem inimigos, potenciais ou efetivos, internos ou externos, a combater. Quem sabe perdido de armas na mão... O argumento não é novo, mas sim a audácia e a sofisticação com que é renovado.

Na realidade essa crise pode surgir. Não dentro dos parâmetros conceituais a que nos referimos, mas crise institucional traduzida na falta de motivação, no isolamento progressivo da sociedade, no afastamento paulatino da Instituição das atividades profissionais castrenses, que terminaria inviabilizando o Exército como Força Armada.

Uma visão míope de determinadas elites e oportunista de outras pode favorecer aqueles que desejam impor mudanças à sociedade, transfigurando causas e efeitos.

As mesmas razões que impedem que o Exército Brasileiro sofra uma crise existencial atraem muitos adversários. A permanência da sua atuação no cenário nacional, a clara valorização do seu papel pela população e o valor profissional de seus quadros

faz do Exército Brasileiro um sério obstáculo às imposições de minorias aventureiras à margem da Lei e na contramão da História.

Afirmar que o Exército Brasileiro vive uma crise existencial é uma sutil proposta que tenta convencer os brasileiros, civis e militares, de uma derrota que não sofremos, para que possa ser imposta ao Brasil a grande derrota de sua História.

## NOTAS

- 1) FRANK, Viktor E. — "Logoterapia e Análise Existencial. a) La Frustración Existencial y la Voluntad de Sentido", In Teoria e Terapia de las Neurosis, Madrid, Editora Gredos, 1964, pág. 157.
- 2) DORSCH, Friederich — Diccionario de Psicologia — Editorial Herder S.A. — Barcelona, 1976.
- 3) FONDO DE CULTURA ECONOMICA — Diccionario de Psicologia editado por Howard c. Warren — México, 1948.
- 4) Diccionario de Psicologia Prática — Honor Editorial Ltda. — São Paulo, 1970.
- 5) MASLOW, A.H. — "Una Teoria de la Motivación Humana — Comportamento no motivado", In Motivation y Personalidades, Barcelona, Graficas Sagitario, 1954, 2ª Parte Cap. 5, pág. 80.
- 6) JUNG, C.G. — "Discussão da Primeira Conferência", In Fundamentos da Psicologia Analítica — As Conferências de Tavistock, Petrópolis, Editora Vozes, 1972, pág. 51.
- 7) BAREMBLITT, Gregório — "A Psicologia Social", In Grupos: teoria e técnica, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1982, pág. 163.
- 8) KATZ Daniel e KAHN Robert — "Normas e valores de sistemas", In Psicologia Social das Organizações, 2ª edição, São Paulo, Editora Atlas, 1976, pág. 70.
- 9) Ibidem.
- 10) KATZ Daniel e KAHN Robert — "O Papel Central das Atividades e Funções Organizacionais na Determinação de Normas e Valores de Sistema", In Psicologia Social das Organizações, 2ª edição, Editora Atlas, 1976, pág. 74.
- 11) Ibidem.
- 12) Ibidem.
- 13) CLAUSEWITZ, Carl von — "A Teoria da Guerra", In vom Kriege, 1ª edição, São Paulo, Martins Fontes Editora, 1981, L II, Cap II, pág. 165.

## BIBLIOGRAFIA

- ARON, Raymond. *As Etapas do Pensamento Sociológico*, São Paulo, Martins Fontes e Editora Universidade de Brasília, 1987.
- ARON, Raymond. *Memórias*, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1986.
- ARON, Raymond. *Os Últimos Anos do Século*, Rio de Janeiro, 1987.
- ARON, Raymond. *O Expectador Engajado*, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1982.
- ARON, Raymond. *Pensar a Guerra*, Clausewitz, Editora Universidade de Brasília, 1986.
- ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*, Editora Universidade de Brasília, 1979.
- BAREMBLITT, Gregório. *Grupos: teoria e técnica*, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1982.
- CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*, São Paulo, Martins Fontes Editora, 1979.
- CRAIG, Gordon. *The Politics of the Prussian Army 1640-1945*, London, Oxford, New York. Oxford University Press, 1955.
- FERRO, Marc. *A Revolução Russa de 1917*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1988.
- FURET, François. *Pensar a Revolução Francesa*, Lisboa, Edições 70, 1983.
- FURET, François. *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989.
- GRAMSCI, Antonio. *A Questão Meridional*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1987.
- HACKETT, John. *A Terceira Guerra Mundial*. São Paulo, Edições Melhoramentos, 1979.
- JANOWITZ, Morris. *O Soldado Profissional*. Rio de Janeiro, Edições GRD, 1967.
- KATZ Daniel e KAHN Robert L. *Psicologia Social das Organizações*. São Paulo, Editora Atlas, 1976.

KENNEDY, Paul. *Ascensão e Queda das Grandes Potências*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1989.

MERQUIOR, José Guilherme. *O Marxismo Ocidental*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1987.

PORTELI, Hughes. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1977.

RICHARD, Lionel. *A República de Weimar*. São Paulo, Editora Schwarcz, 1988.

SCHAMA, Simon. *Cidadãos: uma crônica da Revolução Francesa*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.



**Major de Artilharia SÉRGIO PAULO MUNIZ COSTA.** Possui os cursos da Academia Militar das Agulhas Negras, de Oficial de Comunicações da Escola de Comunicações e da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Serviu no 29º, no 32º GAC e no 14º GAC. Foi Instrutor do Curso de Artilharia do CPOR-R. Instrutor-Chefe do NPOR do 14º GAC, Instrutor da Divisão de Ensino e Comandante da 2ª Bateria de Cadetes do Corpo de Cadetes da AMAN. Comandou a Bateria de Comando da AD/4. Atualmente é Instrutor do Centro de Estudos de Pessoal.